

## **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial  
e OUTROS**

**03 de novembro de 2020**

## PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial ("Alto Sertão")** (deve também ser signatária do plano na parte relativa à Fase A do projeto), sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.296.360/0001-52, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **DIAMANTINA EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial ("Diamantina")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.408.723/0001-02, com sede à Avenida Roque Petroni Júnior, nº 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04707-000; **CE VAQUETA S.A. em recuperação judicial ("Vaqueta")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.684.356/0001-57, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ABIL S.A. em recuperação judicial ("Abil")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.911.031/0001-60, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ACÁCIA S.A. em recuperação judicial ("Acácia")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.919.425/0001-64, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ANGICO S.A. em recuperação judicial ("Angico")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.073/0001-08, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE FOLHA DA SERRA S.A. em recuperação judicial ("Folha de Serra")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.910.740/0001-20, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JABUTICABA S.A. em recuperação judicial ("Jabuticaba")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.194/0001-41, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JACARANDÁ DO SERRADO S.A. em recuperação judicial ("Jacarandá do Serrado")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.265/0001-06, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TABOQUINHA S.A. em recuperação judicial ("Taboquinha")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.116/0001-47, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE TABUA S.A. em recuperação judicial ("Tabua")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.870.007/0001-20, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE SÃO SALVADOR S.A. em recuperação judicial ("São Salvador")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.197.380/0001-12, com sede à Praça Manoel Joaquim de Azevedo, nº 82, Bairro Centro, Igaporã, Estado da Bahia, CEP 46.490-000; **CE PAU D'ÁGUA S.A. em recuperação judicial ("Pau D'Água")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.250.513/0001-53, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE MANINEIRO S.A. em recuperação judicial ("Manineiro")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.162/0001-40, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE UMBUZEIRO S.A. em recuperação judicial ("Umbuzeiro")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.273/0001-56, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE CEDRO S.A. em recuperação judicial ("Cedro")**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.330.840/0001-15, com sede à Avenida Paulo VI, nº 1498, Bairro Pituba, Salvador, Estado da Bahia, CEP 41810-001; **CE**

**VELLOZIA S.A. em recuperação judicial (“Vellozia”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.475/0001-06, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE ANGELIM S.A. em recuperação judicial (“Angelim”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.690/0001-05, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE FACHEIO S.A. em recuperação judicial (“Facheio”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.559.964/0001-30, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE SABIU S.A. em recuperação judicial (“Sabiú”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.305.829/0001-03, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE BARBATIMÃO S.A. em recuperação judicial (“Barbatimão”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.908/0001-21, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JUAZEIRO S.A. em recuperação judicial (“Juazeiro”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.341/0001-93, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE JATAÍ S.A. em recuperação judicial (“Jataí”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.347/0001-54, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE IMBURANA MACHO S.A. em recuperação judicial (“Imburana Macho”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.538/0001-22, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; **CE AMESCLA S.A. em recuperação judicial (“Amescla”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.502.635/0001-15, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970; e **CE UNHA D’ANTA S.A. em recuperação judicial (“Unha D’Anta”)**, sociedade anônima inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.560.214/0001-88, com sede à Rua Barão de Caetité, nº 393, parte, Centro, Caetité, Estado da Bahia, CEP 46400-970, , doravante denominadas em conjunto “Recuperandas” ou “ASIII” e, em conjunto com as Sociedades Consolidadas (conforme termo definido abaixo), “Grupo Renova”, em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei 11.101/2005 (a “LFRJ”) apresentam nos autos do processo de recuperação judicial nº 1103257-54.2019.8.26.0100, o seguinte plano de recuperação judicial (o “Plano”), doravante denominadas em conjunto “Recuperandas” ou “ASIII” e, em conjunto com as Sociedades Consolidadas (conforme termo definido abaixo), “Grupo Renova”, em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei 11.101/2005 (a “LFRJ”) apresentam nos autos do processo de recuperação judicial nº 1103257-54.2019.8.26.0100, o seguinte plano de recuperação judicial (o “Plano”).

## 1. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÕES

### 1.1. Regras de Interpretação

1.1.1. Termos. Os termos e expressões em negrito e iniciados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no Plano, terão os significados que lhes são atribuídos na Cláusula 1.2. Tais termos definidos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

1.1.2. Cláusulas e Anexos. Exceto se especificado de forma diversa, todas as cláusulas e anexos mencionados no Plano referem-se a cláusulas e anexos do próprio Plano.

1.1.3. Títulos. Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar o conteúdo de suas previsões.

1.1.4. Interpretação. Os termos “incluem”, “incluindo” e termos similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da frase: “mas não se limitando a”.

1.1.5. Referências. As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações e complementações, exceto se de outra forma expressamente previsto.

1.1.6. Disposições Legais. As referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

1.1.7. Prazos. Todos os prazos previstos neste Plano serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do início e incluindo o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste Plano (sejam contados em Dias Úteis ou não) cujo termo inicial ou final caia em um dia que não seja um Dia Útil, serão automaticamente prorrogados para o Dia Útil imediatamente posterior.

1.1.8. Conflito com Contratos Existentes. Na hipótese de haver conflito entre qualquer disposição deste Plano e as disposições que estabeleçam obrigações para as Recuperandas que constem de contratos relacionados a Créditos Concurais, o disposto no Plano prevalecerá.

1.1.9. Créditos Extraconcurais. Nada neste Plano deverá ser interpretado ou considerado como causa para a (i) novação de Créditos Extraconcurais, ou (ii) alteração, modificação, desconstituição ou renúncia dos direitos, privilégios e prerrogativas de quaisquer Credores Extraconcurais com relação aos seus respectivos Créditos Extraconcurais, incluindo, sem limitação, sobre quaisquer garantias, reconhecimentos e obrigações prestados ou assumidos, conforme o caso, pelas Recuperandas e quaisquer terceiros com relação a tais Créditos Extraconcurais. Os Credores Extraconcurais poderão aderir ao Plano para manifestar a sua concordância com relação às matérias contidas no Plano que possam afetar os seus direitos e obrigações.

## 1.2. Definições

1.2.1. **Administrador Judicial**. É a ‘KPMG Corportate Finance Ltda.’, CNPJ n. 29.414.117/0001-01, nomeada em 16/11/2019 como administradora judicial deste processo de Recuperação Judicial.

1.2.2. **Alteração Substancial**. Qualquer alteração que represente um aumento de 10% (dez por cento) ou mais no valor total dos Créditos Concurais da respectiva classe, sendo somente considerados aqueles líquidos na data de aprovação do Plano e excluídos ainda os Créditos Partes Relacionadas.

1.2.3. **ASIII Fase B.** É o grupo de sociedades integrantes do Grupo Renova e que integram a Fase B do projeto Alto Sertão III, composto pelas sociedades CE MACAMBIRA S.A., CE TAMBORIL S.A., CE CARRANCUDO S.A., CE IPÊ AMARELO S.A., CE CABEÇA DE FRADE S.A., CE CANJOÃO S.A., CE CONQUISTA S.A., CE COXILHA ALTA S.A., CE BOTUQUARA S.A., CE JEQUITIBA S.A., CE TINGUI S.A., CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A., CE IMBURANA DE CABÃO S.A., CE EMBIRUÇU S.A., CE LENÇÓIS S.A., CE CALIANDRA S.A., CE ICO S.A., CE ALCAÇUZ S.A., CE PUTUMUJU S.A. e CE CANSANÇÃO S.A.

1.2.4. **Assembleia Geral de Credores.** Qualquer Assembleia Geral de Credores realizada nos termos do capítulo II, seção IV, da LFRJ.

1.2.5. **CDI.** Taxa dos Certificados de Depósito Interbancários, conforme fixada pelo Banco Central do Brasil e pela B3.

1.2.6. **CEMIG.** Significa, em conjunto, a Parte Relacionada Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, sociedade por ações, de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 17.155.730/0001-64, a Parte Relacionada CEMIG Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, sociedade por ações, de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 06.981.176/0001-58, bem como as demais subsidiárias da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

1.2.7. **Código Civil.** Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

1.2.8. **Código de Processo Civil.** Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.

1.2.9. **Créditos ASIII Fase A.** São todos os Créditos Concursais e Extraconcursais devidos por quaisquer das sociedades que integram o ASIII Fase A.

1.2.10. **Créditos Essenciais Fundiários.** São os Créditos Quirografários e Créditos de Micro e Pequenas Empresas detidos por Credores Essenciais Fundiários decorrentes de pagamento em atraso dos arrendamentos, sem inclusão de qualquer multa ou acessório.

1.2.11. **Créditos.** Todos os créditos e direitos detidos pelos Credores contra as Recuperandas.

1.2.12. **Créditos Concursais.** Cada um dos Créditos e obrigações das Recuperandas existentes na Data do Pedido, sejam vencidos ou vincendos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, estejam ou não constantes da Lista de Credores, tenham ou não participado da Assembleia Geral de Credores, e que (i) não estejam excetuados pelo art. 49, §§3º e 4º, e art. 194, ambos da LFRJ; e/ou (ii) não tenham fato gerador posterior à Data do Pedido. Os Créditos Concursais são todos os Créditos referidos neste Plano, independentemente de sua natureza, à exceção dos Créditos Extraconcursais. Os Créditos Concursais se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial e, em razão disso, são passíveis de serem novados pelo Plano.

1.2.13. **Créditos Essenciais Fundiários.** São os Créditos Quirografários detidos por Credores Essenciais Fundiários única e exclusivamente decorrentes de valores em atraso dos

arrendamentos. Quaisquer multas e acessórios decorrentes de descumprimentos de contratos de arrendamento não serão considerados Créditos Essenciais Fundiários, mas sim Créditos Concursais Quirografários a serem pagos na forma prevista na Cláusula 8.4.

1.2.14. **Créditos Extraconcursais.** Cada um dos Créditos e obrigações que não se sujeitam aos efeitos da Recuperação Judicial e que não são, em razão disso, afetados pelo Plano, (i) por força do disposto no art. 49, caput e §§3º e 4º, e art. 194, ambos da LFRJ, ou (ii) por terem fato gerador posterior à Data do Pedido.

1.2.15. **Créditos com Garantia Real.** Créditos Concursais detidos por Credores com Garantia Real – Classe II.

1.2.16. **Créditos de Micro e Pequenas Empresas.** Créditos Concursais detidos pelos Credores Micro e Pequenas Empresas – Classe IV.

1.2.17. **Créditos Partes Relacionadas.** Créditos contra as Recuperandas, detidos por Partes Relacionadas às Recuperandas.

1.2.18. **Créditos Quirografários.** Créditos Concursais detidos pelos Credores Quirografários – Classe III.

1.2.19. **Créditos Retardatários.** São os Créditos Concursais que forem habilitados apenas após a publicação da Lista de Credores preparada pelo Administrador Judicial, nos termos do artigo 7º, §2º, da LFRJ.

1.2.20. **Créditos Seguradoras Parceiras.** São os Créditos Concursais detidos pelos Credores Seguradoras Parceiras.

1.2.21. **Créditos Trabalhistas.** Créditos Concursais detidos pelos Credores Trabalhistas – Classe I.

1.2.22. **Credores.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos, estejam ou não relacionadas na Lista de Credores.

1.2.23. **Credores Concursais.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos Concursais.

1.2.24. **Credores Essenciais Fundiários.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos Essenciais Fundiários que figurem como arrendantes em contratos de arrendamento imobiliário que sejam considerados pelo Grupo Renova como sendo essenciais ao desempenho de suas atividades, inclusive para os projetos em implantação ou em desenvolvimento cujos contratos devam ser e sejam mantidos em vigor e no estágio em que se encontram com relação aos projetos a serem implantados.

1.2.25. **Credores Extraconcursais.** Pessoas, físicas ou jurídicas, detentoras de Créditos Extraconcursais.

1.2.26. **Credores com Garantia Real.** Credores Concursais detentores de créditos com garantia real, tal como consta dos arts. 41, II, da LFRJ, e que compõem a Classe II.

1.2.27. **Credores Micro e Pequenas Empresas.** Credores Concursais enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, tal como consta do artigo 41, IV, da LFRJ, e que compõem a Classe IV.

1.2.28. **Credores Quirografários.** Credores Concursais detentores de Créditos Quirografários, tal como consta dos arts. 41, III, da LFRJ, bem como Credores com Garantia Real ou Credores Extraconcursais cujos Créditos não sejam integralmente cobertos pelo valor das respectivas garantias reais ou fiduciárias, até o limite do valor não coberto pela respectiva garantia.

1.2.29. **Credores Retardatários.** Credores cujos Créditos Concursais somente venham a ser reconhecidos por meio de decisão determinando sua inclusão na Lista de Credores, após a Assembleia de Credores que deliberar acerca da aprovação deste Plano.

1.2.30. **Credores Seguradoras Parceiras.** Credores Quirografários que (i) detenham apólices de seguro vigentes com as Recuperandas, renovando-as; ou (ii) Credores Quirografários que celebrem novas apólices de seguro com as Recuperandas.

1.2.31. **Credores Trabalhistas.** Credores Concursais detentores de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho, nos termos do artigo 41, I, da LFRJ, e que compõem a Classe I.

1.2.32. **Data de Homologação.** É a data em que for publicada a decisão judicial pelo Juízo da Recuperação que homologa o Plano e concede a recuperação judicial, nos termos do artigo 58, caput, e/ou §1º da LFRJ.

1.2.33. **Data do Pedido.** 16/10/2019, data em que foi protocolado o pedido de recuperação judicial do Grupo Renova perante o MM. Juízo da Recuperação.

1.2.34. **Debêntures Partes Relacionadas.** Tem a definição que lhe é atribuída pela Cláusula 8.8.1.2.

1.2.35. **Dia Útil.** Qualquer dia que não seja (i) um sábado, (ii) um domingo, (iii) um dia em que os bancos comerciais estão obrigados ou autorizados por lei a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou (iv) um dia em que o Fórum Judicial onde se processa a Recuperação Judicial esteja fechado em função de recesso ou feriado forense.

1.2.36. **Empréstimo DIP.** Qualquer operação de mútuo realizada em benefício das Recuperandas, no contexto da Recuperação Judicial e após a Data do Pedido.

1.2.37. **Grupo Renova.** Em conjunto, as Recuperandas e as sociedades integrantes do ASIII Fase A.

1.2.38. **Enerbrás.** Significa a Enerbrás Centrais Elétricas S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 04.287.373/0001-46.

1.2.39. **Grupo Renova.** Em conjunto, as Recuperandas e as Sociedades Consolidadas.

1.2.40. **Homologação Judicial do Plano.** A decisão judicial, proferida pelo Juízo da Recuperação ou pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ou outro que seja competente, que concede a recuperação judicial às Recuperandas, nos termos do art. 58, caput, ou do art. 58, §1º, da LFRJ. Para todos os efeitos deste Plano, considera-se que a Homologação Judicial do Plano ocorre na data da publicação, no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), da decisão judicial que conceder a recuperação judicial às Recuperandas.

1.2.41. **IPCA.** É o Índice de Preços ao Consumidor, coletado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em seu site: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>.

1.2.42. **Juízo da Recuperação.** É o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo – SP.

1.2.43. **Leilão Reverso:** Modalidade de leilão na qual os Credores participantes, querendo, poderão fazer ofertas seladas para recebimento à vista em parcela única de seus respectivos créditos abrangidos mediante aplicação de deságio, sagrando-se vencedores os credores que oferecerem os maiores deságios, na forma descrita na Cláusula 10.

1.2.44. **LFRJ.** Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

1.2.45. **Lista de Credores.** É a lista de credores apresentada pelas Recuperandas anexa à petição inicial do pedido de recuperação judicial, respeitadas e observadas as modificações supervenientes, quanto ao valor, classificação e natureza dos Créditos, pelo Administrador Judicial ou por decisão proferida pelo Juízo da Recuperação.

1.2.46. **Parte Relacionada.** É a pessoa física ou jurídica que possui créditos contra as Recuperandas e que, ao mesmo tempo, detém participação societária de forma direta ou indireta em qualquer das Recuperandas, nos termos exclusivamente indicados na Lista de Credores, conforme apontamentos do Administrador Judicial;

1.2.47. **Plano.** Este plano de recuperação ajustado, incluindo todos os seus anexos.

1.2.48. **Procedimento Competitivo.** Procedimento competitivo de alienação de bens (na forma ou não de UPI), realizado em qualquer das modalidades referidas nos arts. 60, 142, 14 ou 145 da LFRJ, incluindo o procedimento de *bookbuilding* caso a alienação da UPI se dê mediante ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003.



1.2.49. **Recuperação Judicial.** Este processo de recuperação judicial do Grupo Renova, autuado sob o n. 1103257-54.2019.8.26.0100, em trâmite perante o Juízo da Recuperação.

1.2.50. **Sociedades Consolidadas.** É o grupo de sociedades integrantes do Grupo Renova que não integram a FASE A do Projeto Alto Sertão III, composto por RENOVA ENERGIA S.A., RENOVAPAR S.A., RENOVA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A., CHIPLEY SP PARTICIPAÇÕES S.A., CE ITAPARICA S.A., CE MACAMBIRA S.A., CE TAMBORIL S.A., CE CARRANCUDO S.A., CE IPÊ AMARELO S.A., CE CABEÇA DE FRADE S.A., CE CANJOÃO S.A., CE CONQUISTA S.A., CE COXILHA ALTA S.A., CE BOTUQUARA S.A., CE JEQUITIBA S.A., CE TINGUI S.A., CE ANÍSIO TEIXEIRA S.A., CE IMBURANA DE CABÃO S.A., CE EMBIRUÇU S.A., CE LENÇÓIS S.A., CE CALIANDRA S.A., CE ICO S.A., CE ALCAÇUZ S.A., CE PUTUMUJU S.A., CE CANSANÇÃO S.A., BAHIA HOLDING S.A., CE BELA VISTA XIV S.A., VENTOS DE SÃO CRISTÓVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., RENOVA PCH LTDA., CE ITAPUÃ IV LTDA., CE ITAPUÃ V LTDA., CE ITAPUÃ VII LTDA., CE ITAPUÃ XV LTDA., CE ITAPUÃ XX LTDA., e PARQUE EÓLICO IANSÃ LTDA.

1.2.51. **Reunião de Credores com Garantia Real.** Reunião entre Credores com Garantia Real (comuns às Sociedades Consolidadas e ao ASIII Fase A) e Grupo Renova para deliberação das condições de renegociação do pagamento dos Créditos com Garantia Real ajustadas com o pretenso adquirente da UPI ASIII Fase A, nos termos do disposto no Cláusula 8.3.1.2.4.4.

1.2.52. **SPE.** Significa uma sociedade de propósito específico.

1.2.53. **TR.** É a taxa de juros de referência, conforme calculada pelo Banco Central do Brasil, normatizada pela Resolução CMN 3.354, de 2006, alterada pela Resolução CMN 3.446, de 2007, e pela Resolução CMN 3.530, de 2008.

1.2.54. **TLP.** Taxa de Juros de Longo Prazo instituída pela Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

1.2.55. **UPI.** Significa cada uma das unidades produtivas isoladas das Recuperandas, nos termos do art. 60 da LFRJ, composta por bens e/ou direitos, cuja alienação, em Procedimento Competitivo, estará livre de quaisquer ônus e sem sucessão do adquirente nas obrigações da Renova, incluindo, sem limitação, nas de natureza tributária, trabalhista, ambiental e decorrentes da legislação anticorrupção, e que poderá se dar diretamente ou por meio de suas respectivas estruturas societárias, ou mediante a constituição de SPE, fundo de investimento imobiliário, fundo de participação ou qualquer outra estrutura que as Recuperandas entendam mais adequada para o atendimento de sua finalidade específica.

1.2.56. **UPI ASIII Fase A.** Tem a definição que lhe é atribuída pelo plano de recuperação judicial das Sociedades Consolidadas.

1.2.57. **UPI Brasil PCH.** Tem a definição que lhe é atribuída pelo plano de recuperação judicial das Sociedades Consolidadas.

## 2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 2.1. Histórico

2.1.1. Com mais de 18 (dezoito) anos de existência, o Grupo Renova foi uma das primeiras empresas a apostar na atividade de geração de energia elétrica renovável no Brasil, sendo hoje um dos principais grupos empresariais brasileiros dedicados à produção e à comercialização de energia renovável, advinda de matrizes eólicas, solares e hidráulicas. O Grupo Renova é composto por 61 (sessenta e uma) sociedades empresárias, em sua maioria dedicadas à produção de energia elétrica derivada de matrizes eólicas.

2.1.2. Apesar de a maioria da energia elétrica mundial ainda ser proveniente de fontes não renováveis, como carvão, petróleo e gás natural, a geração de energia renovável vem crescendo exponencialmente no mundo todo, sendo o Brasil um personagem importantíssimo nessa dinâmica. Hoje, a energia elétrica proveniente de fontes renováveis representa cerca de 24% do total de energia consumida no mundo, enquanto no Brasil esse percentual sobe para impressionantes 82%<sup>1</sup>. A matriz energética brasileira é, portanto, muito mais sustentável do que a matriz energética mundial.

2.1.3. Sob esse prisma, o Brasil é destaque mundial quando o assunto é produção de energia renovável e redução de impactos ambientais<sup>2</sup>. Tal fato se deve em grande medida às atividades pioneiras do Grupo Renova, um dos mais representativos do segmento na América Latina. Tanto é assim que, desde 2010, a Renova Energia S.A. tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), sendo a primeira empresa do setor a abrir capital.

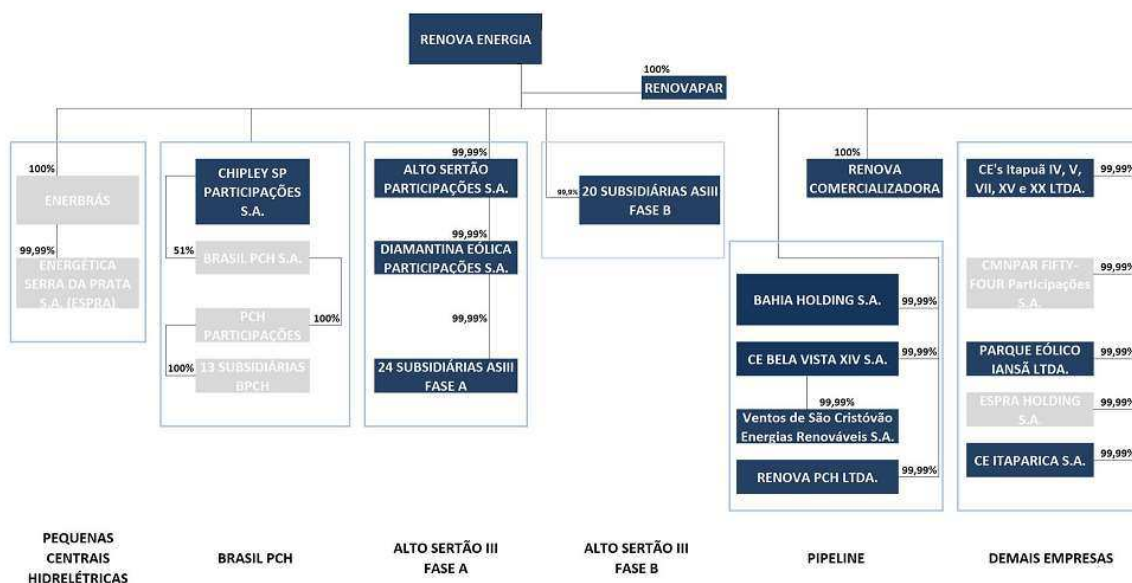
### 2.2. Estrutura societária e operacional.

2.2.1. O Grupo Renova hoje exerce atividades de geração de energia elétrica por meio de pequenas centrais hidroelétricas (“PCHs”)<sup>3</sup> e usinas eólicas (“EOLs”), via regime de autorização por parte do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (art. 25, Lei 9.427/1996). Atualmente, o Grupo opera com 62 (sessenta e duas) outorgas de autorizações para a geração de energia elétrica perante a ANEEL, das quais 16 (dezesesseis) referem-se a PCHs e 46 (quarenta e seis) a usinas eólicas. O organograma simplificado das empresas reflete a forma coordenada de atuação das empresas do grupo:

<sup>1</sup> Fonte: <http://epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>, ano-base 2016.

<sup>2</sup> <http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2018/03/brasil-renovavel-pais-e-destaque-mundial-em-respeito-ao-meio-ambiente>

<sup>3</sup> As Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) são centrais geradoras de energia elétrica de matrizes hidráulicas que possuem reservatórios de até três quilômetros quadrados, e com potência instalada entre 1 MW e 30 MW. Como característica marcantes destas geradoras estão: (i) a produção de impactos ambientais significativamente baixos, pois não há a necessidade de alagamento de grandes áreas, o que preserva a fauna local, além de não haver a emissão de gases poluentes; e (ii) a capacidade de construção com menor vazão, que proporciona a descentralização da geração de eletricidade no Brasil. (Fonte: <https://abrapch.org.br/2014/03/17/o-que-sao-pchs-e-cghs/>)



2.2.2. A receita do Grupo Renova será exclusivamente derivada de quatro grandes grupos de projetos: dois que já são operacionais – ENERBRAS (via ESPRA) e CHIPLEY (via Brasil PCH) – e, quando desenvolvidos e implementados, também o ASIII Fase A e demais projetos em desenvolvimento (*Pipeline*).

2.2.3. O complexo Alto Sertão III, um dos principais projetos do Grupo Renova relativo à geração de energia elétrica de matrizes eólicas, subdivide-se nas fases A e B: a fase A (desenvolvida pelas sociedades componentes do ASIII Fase A) com 24 (vinte e quatro) EOLs em implantação e a fase B com 20 (vinte) EOLs em desenvolvimento avançado, todas organizadas na forma de SPEs. Quando finalizado, o ASIII Fase A prevê a geração de aproximadamente 400MW, ou seja, capacidade suficiente para abastecimento de energia a 420 mil casas durante um ano<sup>4</sup>. O ASIII Fase A integra o presente Plano, ao passo que o ASIII Fase B é objeto do plano das Sociedades Consolidadas, também no âmbito da presente Recuperação Judicial.

2.2.4. A comercialização de energia elétrica do Grupo Renova, por sua vez, é feita por intermédio da sua subsidiária Renova Comercializadora, a qual está autorizada perante a ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica por meio do Despacho nº 537/2013, e que compõe os quadros da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

<sup>4</sup> O projeto, conforme noticiado pela Mídia, é altamente rentável. Tanto é assim que a AES Tietê, há cerca de dois anos, chegou a formalizar proposta de aquisição do projeto em seu atual estágio pelo valor de R\$ 1,6 bilhão de real. Nesse sentido: <https://www.valor.com.br/empresas/6012991/aes-tiete-oferece-r-16-bi-por-parque-eolico-da-renova>.

2.2.5. O Grupo Renova participa de leilões de energia de reserva (“LERs”) no âmbito da CCEE, que resultam na realização de Contratos de Energia de Reserva (“CERs”)<sup>5</sup>, em Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”)<sup>6</sup>.

2.2.6. Além disso, o Grupo Renova também produz e comercializa energia renovável por meio de PPAs<sup>7</sup>, de maneira independente, em Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)<sup>8</sup>.

2.2.7. Hoje, o Grupo Renova gera por meio de suas atividades mais de 1000 empregos diretos e indiretos.

### 2.3. Razões da crise.

2.3.1. Um dos mais importantes projetos do Grupo Renova atualmente é o denominado Projeto Alto Sertão, que envolve a geração de energia elétrica renovável de matrizes eólicas no interior do Estado da Bahia. O projeto foi originalmente dividido em três diferentes complexos eólicos (denominados Alto Sertão I, II e III), sendo que os dois primeiros complexos (Alto Sertão I e II) já foram vendidos.

2.3.2. Os esforços do Grupo Renova estão hoje focados em seu principal projeto, o ASIII Fase A, onde estão as EOLs que, quando operacionais, estarão dedicadas ao atendimento dos PPAs vigentes da Companhia no ACR (LER13, LER14) e ACL (Light I e Cemig I).

2.3.3. Ocorre que, por diversas dificuldades de caixa enfrentadas pelo Grupo Renova, e mesmo diante de sucessivos aportes e adiantamentos dos contratos de energia realizados por acionistas, ainda não foi possível concluir o ASIII Fase A, que se encontra, atualmente, 85% concluído, especialmente porque os recursos originalmente destinados à finalização do projeto acabaram sendo consumidos em grande maioria pelos juros e amortizações das dívidas.

<sup>5</sup> A Energia de Reserva é aquela destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN), e é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, através de CERs. A Energia de Reserva atua de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR). (Fonte: [https://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos\\_menu\\_lateral/energia\\_reserva?](https://www.ccee.org.br/portal/faces/oquefazemos_menu_lateral/energia_reserva?)).

<sup>6</sup> O ACR é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-regulada-acr->)

<sup>7</sup> Sigla de *Power Purchase Agreement*, nomenclatura usualmente utilizada ao redor do mundo para fazer referência a contratos de comercialização de energia elétrica renovável a longo prazo entre um desenvolvedor de energia elétrica renovável e um consumidor.

<sup>8</sup> O ACL é o segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. (Fonte: <http://www.aneel.gov.br/ambiente-de-contratacao-livre-acl->)

2.3.4. Nada obstante, diante da estimativa de capacidade de geração do ASIII Fase A, após concluído, e para viabilizar a obtenção de contratos de financiamento, o Grupo Renova havia celebrado PPAs que se mostravam adequados para a sua capacidade geradora.

2.3.5. Como consequência do atraso na conclusão do ASIII Fase A, as SPEs que compõem o referido projeto foram obrigadas a cumprir suas obrigações de fornecimento de energia elétrica por meio da compra no mercado *spot*<sup>9</sup>, honrando assim os compromissos assumidos em tais PPAs. Tal necessidade de compra de energia no mercado *spot* contribuiu definitivamente para o endividamento do Grupo Renova, ressaltando-se que, apenas no ano de 2018, a despesa com tal compra de energia somou R\$ 815 milhões de reais.

2.3.6. Tanto para propiciar a aquisição de energia no mercado *spot* quanto para financiar as tentativas de prosseguimento do ASIII Fase A, o Grupo Renova vinha se socorrendo de captação de recursos por meio de seus próprios acionistas, via antecipação de recursos futuros provenientes de tais PPAs do Mercado Livre. No entanto, apesar de ser o único meio de captação disponível por falta de capacidade de alavancagem e de obtenção de crédito junto ao mercado financeiro, o nível de recursos exigido tem sido proibitivamente alto, o que impede que o Grupo Renova e seus acionistas sigam adotando tal modalidade de financiamento.

2.3.7. Além disso, em 2018, o preço de venda da energia elétrica renovável de matriz eólica – principal ativo produzido pelo Grupo Renova – atingiu o seu menor patamar no Brasil<sup>10</sup>. Trata-se, aliás, de tendência mundial, capitaneada também por México, Índia, Marrocos, Estados Unidos da América e Canadá, e que representa um desafio adicional para todos os *players* do mercado de energia renovável.

2.3.8. Outra dificuldade enfrentada pelo Grupo Renova diz respeito a tentativas frustradas de alienação de seus ativos relevantes. Como é de conhecimento público<sup>11</sup>, o Grupo Renova vem há mais de dois anos tentando negociar a venda de alguns de seus projetos mais relevantes, como as Fases A e B do projeto Alto Sertão III, tudo na tentativa de redimensionar suas operações e obter caixa que permita a reestruturação de seu capital e a realização de novos investimentos de maneira sustentável. No entanto, apesar de todos os esforços empreendidos, as negociações não vêm sendo bem-sucedidas.

2.3.9. O endividamento do Grupo Renova, sujeito à Recuperação Judicial soma cerca de R\$ 2,9 bilhões totais, sendo R\$ 20,0 milhões no âmbito trabalhista e R\$ 2,5 bilhões para

<sup>9</sup> O termo “spot” é comumente utilizado para designar mercados de *commodities*, títulos ou câmbio onde as operações são realizadas à vista e as mercadorias são transferidas de forma imediata, em oposição a mercados nos quais as operações são feitas para pagamento ou liquidação futuras. (Fonte: <https://maisretorno.com/blog/termos/m/mercado-spot>)

<sup>10</sup> Dados obtidos a partir da *Global Wind Energy Council* por meio do seguinte endereço eletrônico:

<https://gwec.net/what-forces-are-shaping-brazils-wind-power-sector/>

<sup>11</sup> <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,tres-grupos-disputam-complexo-eolico-da-renova-avaliado-em-r-700-milhoes,70002587980>

bancos (com e sem garantia real) e demais credores quirografários e/ou micro e pequena empresas. Deste total, R\$ 76 milhões correspondem a débitos *intercompany*, e expressivos R\$ 986 milhões a débitos com seus atuais acionistas. Cumpre esclarecer também que o endividamento extraconcursal do Grupo Renova é bastante significativo, aproximando-se de R\$ 360 milhões, dos quais R\$ 35 milhões no âmbito fiscal. A classificação destes créditos ainda está sob discussão e podem ser alteradas.

### 3. ATIVOS

3.1.1. O Grupo Renova, por meio de suas participações e subsidiárias, atua em três dos principais ramos da geração de energia: hidrelétrica, eólica e solar.

3.1.2. Por meio do projeto ESPRA, o Grupo Renova possui três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) operantes desde 2008 e que formam o Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, no extremo sul da Bahia. As três PCHs geram 41,8 MW. Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.



3.1.3. O projeto Brasil PCH, empresa da qual o Grupo Renova detém 51% de participação, tem 13 PCHs (localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás e Minas Gerais) que, em conjunto, geram uma energia de 291,0 MW e 194 MW médios de energia assegurada. Todas as PCHs têm contratos de venda energia com a Eletrobrás por 20 anos no âmbito do Proinfa.





3.1.4. O ASIII Fase A, objeto de plano de recuperação judicial apartado, conforme explicado no Capítulo 4 abaixo, atualmente em implementação e aproximadamente 85% concluído, apresentará 26 parques eólicos (155 turbinas) e 1 parque solar (19.200 PV Painéis Solares), localizados no Estado da Bahia, com capacidades de geração de 432,6 MW e 4,8 MWp, respectivamente. São 159 MW negociado no 05º LER de 2013, 43,2 MW negociado no 06º LER de 2014 e 231,3 MW negociados no Mercado Livre.



3.1.5. Além dos ativos acima, o Grupo Renova é pioneiro no desenvolvimento de projetos inovadores de energia renovável, principalmente eólica. Possui atualmente vários projetos em desenvolvimento (*pipeline*) com localização estratégica. O *pipeline* do Grupo Renova é composto por 17 (dezesete) projetos que totalizam 6.494,4 MW além do da fase B do projeto Alto Sertão III, com 408,0 MW, totalizando 6.902,0 MW em desenvolvimento. Dos projetos, destacam-se os projetos Mina de Ouro e o Alto Sertão III Fase B, que estão em estágio avançado de desenvolvimento.

PROJETO			AEROGERADOR		PROJETO	POTÊNCIA *
ID	Nome	UF	Marca / Modelo	Qtde	UF	MW
01	ARPOTI	PE/PB	Vestas 150-4.2MW	135	PE/PB	567,0
02	BARRA	BA	GE 158-4.8MW	136	BA	816,0
03	BELAMADRE	PE	Vestas 150-4.2MW	53	PE	222,6
04	BETANIA	PE/PI	GE 158-4.8MW	94	PE/PI	451,2
05	CACIMBAS	PB	GE 158-4.8MW	69	PB	331,2
06	CHAPECARI	RN	Vestas 150-4.2MW	88	RN	369,6
07	CROARANGA	CE	GE 158-4.8MW	64	CE	307,2
08	FACHEIRO II	RN	GE 158-4.8MW	115	RN	552,0
09	FACHEIRO III	RN	GE 158-4.8MW	53	RN	254,4
10	GRAUNA	BA	GE 158-4.8MW	138	BA	662,4
11	LABOCÓ	RN	GE 158-4.8MW	19	RN	91,2
12	MINA DE OURO EXPANSÃO	BA	GE 158-4.8MW	42	BA	201,6
13	MINA DE OURO FASE B	BA	GE 158-4.8MW	85	BA	408,0
14	MINA DE OURO PORTFÓLIO	BA	GE 158-4.8MW	75	BA	273,6
15	MULATO	BA	Vestas 150-4.2MW	100	BA	420,0
16	SANTAPAPE II	RN/PB	GE 158-4.8MW	45	RN/PB	216,0
17	SANTAPAPE IV	RN/PB	GE 158-4.8MW	62	RN/PB	297,6
18	TUPAMAMA	PE	GE 158-4.8MW	96	PE	460,8
Total				1.469		6.902,4

\*Potência certificação AWS Mar/19 com atualização das potências dos Projetos 02 & 14 segundo estimativas da companhia

#### 4. CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL DAS SOCIEDADES QUE COMPÕEM O GRUPO RENOVA. APRESENTAÇÃO DE DOIS PLANOS

4.1. Diante da intrincada interligação financeira e operacional entre as sociedades que compõem o grupo econômico, a reestruturação das Recuperandas ocorrerá mediante a consolidação substancial entre elas.

4.2. A consolidação substancial entre as Recuperandas, além de representar benefício jurídico aos Credores Concursais (na medida em que todas as Recuperandas passam a ser solidariamente responsáveis por todos os pagamentos), se apresenta como requisito indispensável para a preservação das atividades do Grupo Renova, com todos os benefícios sociais e econômicos que advirão desta preservação.

4.3. Nos autos da Recuperação Judicial, em razão da insurgência do credor BNDES contra a consolidação substancial de todo o Grupo Renova (pugnando pela segregação das sociedades do ASIII Fase A em razão de *project finance* com contrato de financiamento específico com o próprio BNDES), o Grupo Renova requereu ao Juízo da Recuperação a apresentação de dois planos distintos: um para as 26 (vinte e seis) empresas que compõem o ASIII Fase A e outro para as demais empresas do Grupo Renova (Sociedades Consolidadas), e a consequente realização das duas Assembleias Gerais de Credores para sua respectiva deliberação. Tal pedido foi deferido pelo Juízo da Recuperação às fls. 19.867/19.868 dos autos, tendo sido determinada a apresentação de dois planos distintos, a serem votados em duas AGCs segregadas.

4.4. Portanto, este Plano é composto pelas sociedades que compõem o ASIII fase A e que foram objeto do contrato de financiamento com o BNDES, enquanto as Sociedades Consolidadas são excluídas deste Plano e terão suas obrigações reestruturadas por meio de plano de recuperação judicial separado, conforme acima mencionado.



## 5. VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

5.1. Objetivo do Plano de Recuperação Judicial. Este Plano, conjuntamente com o plano de recuperação judicial próprio das Sociedades Consolidadas, tem o objetivo de permitir ao Grupo Renova superar sua crise econômico-financeira, retomar seu crescimento de forma sustentada, preservar a manutenção de empregos diretos e indiretos, e atender aos interesses dos Credores, retomando fontes de recursos e formas viáveis de pagamento de seus Créditos.

5.2. Síntese das Medidas de Recuperação. O Plano prevê que as Recuperandas poderão utilizar os seguintes meios de recuperação: (i) reestruturação de seu endividamento, com alterações no prazo, nos encargos e na forma de pagamento dos Créditos Concurais; (ii) reorganização societária e de ativos das Recuperandas, inclusive com eventual aumento ou redução de capital social ou alienação de ativos; (iii) obtenção de novos financiamentos, e (iv) outras medidas previstas no artigo 50 da LFRJ que sejam previstas no Plano e que venham a ser aprovadas pela Assembleia de Credores.

5.3. Viabilidade Econômica do Plano. A viabilidade econômico-financeira do Plano foi atestada pela APSIS Consultoria Empresarial Ltda., conforme laudo apresentado juntamente com este Plano e que dele constitui parte integrante.

5.4. Observância da Capacidade de Pagamento. O pagamento dos Créditos pela forma estabelecida no Plano observa a geração de caixa oriunda das operações das Recuperandas, bem como da alienação de ativos, e está em consonância com a sua capacidade de pagamento.

## 6. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E DE ATIVOS

6.1. Com o objetivo de permitir uma adequada implementação das medidas operacionais e financeiras previstas neste Plano, sobretudo com relação às propostas de pagamento, no melhor interesse dos Credores, as Recuperandas poderão adotar medidas de reorganização societária e de ativos, estando autorizadas, desde já, a (i) realizar operações de reorganização societária, dentre elas, fusão, cisão, aquisição, encerramento de sociedades ou filiais, incorporação, incorporação de ações e/ou ativos, ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo as Recuperandas, desde que observadas todas as disposições legais aplicáveis e desde que tais operações não impliquem quaisquer violações de direitos e prerrogativas, contratuais ou legais, para os Credores; e (ii) adquirir novos ativos ou estabelecer parcerias estratégicas.

6.2. As subsidiárias integrais da sociedade Diamantina Eólica Participações S.A. poderão ser incorporadas por uma ou mais subsidiárias ou fundidas entre si, com o objetivo de simplificar a atual estrutura do ASIII Fase A permitindo maior eficiência administrativa, financeira e fiscal.

6.3. As incorporações e/ou consolidações mencionadas nos itens anteriores deverão, quando aplicável, ser precedidas de todas as autorizações regulatórias e legais que eventualmente se façam necessárias.

6.4. As Recuperandas poderão perdoar, renunciar ou realizar compensações, ajustes, aumentos de capital, cessões de crédito e reduções de capital envolvendo os créditos intragrupo, incluindo, mas sem se limitar, a compensação de mútuos intragrupo com eventuais dividendos declarados de quaisquer exercícios sociais, passados, presentes ou futuros. Em qualquer caso, tais operações ocorrerão sempre em benefício dos Credores, sem trânsito de caixa para acionistas ou qualquer outra circunstância que implique esvaziamento de garantias.

6.5. Anuência à alienação de UPIs e utilização de recursos no âmbito das Sociedades Consolidadas. Por meio da aprovação do Plano, os Credores do ASIII Fase A manifestam sua anuência à alienação de todas as UPIs previstas no plano de recuperação judicial que vier a ser homologado no âmbito das Sociedades Consolidadas, bem como à utilização dos recursos na forma ali prevista, quer tais recursos sejam mantidos no âmbito das Sociedades Consolidadas quer sejam utilizados para o pagamento de Credores ou de despesas relacionadas às sociedades que compõem o ASIII Fase A.

## **7. REGRAS GERAIS APLICÁVEIS À REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS**

7.1. Âmbito de aplicação do Plano. O Plano se aplica a todos os Créditos Concursais, independentemente da classe de credores em que os Créditos Concursais se enquadrem, e governa todas as relações entre as Recuperandas e os Credores Concursais, substituindo todos os contratos e outros instrumentos que deram origem ou que regem os Créditos Concursais.

7.2. Reestruturação dos Créditos Concursais. O Plano, observado o disposto no art. 61 da Lei de Recuperação de Empresas, assim que homologado, implica em imediata novação de todos os Créditos Concursais, que serão pagos pelas Recuperandas exclusivamente nos prazos e formas estabelecidos no Plano. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, juros de mora, bem como quaisquer outras obrigações que sejam incompatíveis com as condições deste Plano, deixam de ser aplicáveis com relação aos Créditos Concursais.

7.3. Classificação dos Créditos Concursais. Os Credores Concursais estão divididos, nos termos do art. 41 da LFRJ, entre as classes de credores indicadas a seguir. O pagamento dos Credores Concursais em cada classe de credores seguirá o disposto neste Plano.

7.3.1. Forma de Pagamento. Os valores devidos aos Credores Concursais nos termos deste Plano serão pagos por meio da transferência direta de recursos, mediante documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou outro meio equivalente, à conta bancária do respectivo Credor que consta atualmente dos registros internos das Recuperandas, contanto que o valor da transferência seja superior a R\$ 10,00 (dez reais). Caso as Recuperandas não possuam tais dados bancários ou caso o

Credor precise atualizá-los, ou caso queira receber os pagamentos previstos neste Plano em conta bancária de terceiros, o Credor deverá enviar tais dados exclusivamente por e-mail às Recuperandas, em até 30 (trinta) dias contados da Data de Homologação, respeitadas as regras de comunicação previstas na Cláusula 13.12. Os eventuais pagamentos que não forem realizados ou que forem realizados de forma incorreta ou tardia em razão da falta de informação dos dados referentes às contas bancárias pelos Credores no prazo e na forma prevista nesta Cláusula não serão considerados descumprimento ao Plano, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio das quantias aqui previstas.

7.4. Duplicidade nas listas de credores das Recuperandas e das Sociedades Consolidadas. Na hipótese de um mesmo Credor figurar na Lista de Credores das Recuperandas e na Lista de Credores das Sociedades Consolidadas em razão de créditos simultâneos decorrentes de dívida principal e de coobrigação (solidária ou não), incluindo a prestação de avais, fianças e/ou garantias reais ou pessoais de qualquer natureza, tal Credor deverá receber seus Créditos Concursais exclusivamente nos termos do plano de recuperação judicial de seu devedor originário e principal, fazendo jus ao recebimento de pagamentos por parte de seu credor coobrigado apenas na hipótese de inadimplemento por parte de seu devedor originário e principal. Em nenhuma hipótese, qualquer Credor receberá simultaneamente os pagamentos devidos pelo presente Plano e pelo plano de recuperação judicial das Sociedades Consolidadas. Para fins de clareza, será considerado devedor originário e principal aquele que obteve o benefício da prestação de serviço ou do fornecimento, ou seja, cuja nota fiscal do fornecimento ou prestação de serviço lastreadora do crédito tenha sido emitida pelo credor contra ele.

7.5. Início dos prazos para pagamento. Salvo se houver disposição legal ou previsão contrária no Plano, os prazos previstos para pagamento dos Créditos Concursais, bem como eventuais períodos de carência previstos no Plano, somente terão início a partir da Data de Homologação.

7.6. Data do pagamento. Os pagamentos dos Créditos Concursais serão realizados nas datas dos seus respectivos vencimentos previstos no Plano. Salvo se houver previsão em contrário no Plano, os pagamentos devidos em um determinado mês deverão se realizar até o último dia do referido mês. Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação previstos no Plano cair em um dia que não seja um Dia Útil, sua data de vencimento será prorrogada para o Dia Útil seguinte.

7.7. Compensação. Os pagamentos devidos aos Credores Concursais em função do Plano, quando se tornarem exigíveis, poderão ser compensados com outros créditos eventualmente devidos às Recuperandas pelo respectivo Credor Concursal, devendo tal compensação respeitar os demais requisitos legais para tanto.

7.8. Antecipação de pagamentos. Além das hipóteses específicas previstas no Plano, as Recuperandas poderão antecipar o pagamento de quaisquer Créditos Concursais, com abatimento proporcional dos juros e encargos incidentes nos termos do Plano, desde que tais antecipações de pagamento sejam oferecidas em igualdade de condições a todos os Credores Concursais pertencentes à classe de credores cujo pagamento se pretende antecipar.

7.9. Ausência do quadro geral de credores. Considerando que ainda não foi consolidado o quadro geral de credores, os Créditos Concurais que sejam reconhecidos ou tornados líquidos por decisão judicial ou arbitral posterior à Data do Pedido ou à Data de Homologação serão pagos exclusivamente nos termos do Plano. Sem prejuízo de as Recuperandas envidarem seus melhores esforços para habilitação de tais créditos, caberá aos Credores Concurais tomar todas as medidas necessárias para a devida inclusão do seu Crédito Concursal na Lista de Credores, conforme previsto na LFRJ. Os pagamentos que não forem realizados ou forem realizados tardiamente em razão de os Credores não terem realizado a inclusão do seu Crédito Concursal na Lista de Credores não serão considerados como descumprimento do Plano, e não haverá sobre tais valores a incidência de juros ou encargos moratórios decorrentes do pagamento tardio.

7.10. Alterações da Lista de Credores até a consolidação do quadro geral de credores. As alterações da Lista de Credores que resultem na inclusão, majoração ou reclassificação de Créditos Concurais, inclusive decorrentes do julgamento de processos judiciais ou arbitrais em curso, serão regidas pelas disposições constantes das Cláusulas abaixo.

7.10.1. Inclusão, Majoração ou Liquidação de novos Créditos Concurais. Na hipótese de inclusão, majoração ou liquidação de novos Créditos Concurais, constantes ou não da Lista de Credores, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de acordo entre as partes homologado judicialmente, estes serão pagos na forma prevista no Plano. Os prazos de carência e de pagamento dos Créditos Concurais que vierem a ser incluídos ou majorados somente começarão a contar a partir da data em que forem reconhecidos pelo Juízo da Recuperação e incluídos na Lista de Credores, ou, se a Recuperação Judicial já estiver encerrada, a partir do momento em que se tornarem líquidos, e, em qualquer hipótese, seus titulares não terão direito aos pagamentos que já tiverem sido realizados em data anterior aos credores de mesma classe.

7.10.2. Reclassificação de Créditos Concurais. Na hipótese da reclassificação, total ou parcial, de Créditos Concurais constantes da Lista de Credores após o início dos pagamentos previstos no Plano, inclusive no âmbito de impugnação de crédito, o Credor cujo Crédito Concursal tenha sido reclassificado não fará jus aos pagamentos e às distribuições que já tiverem sido realizadas em data anterior à sua reclassificação, e continuará a receber o saldo do seu Crédito Concursal na forma prevista pelo Plano para a classe de credores à qual foi reclassificado.

7.10.3. Alterações na Lista de Credores. Na hipótese de reclassificação, majoração ou inclusão de novos Créditos Concurais que ocasionem uma Alteração Substancial em qualquer das classes de credores constantes da Lista de Credores, cada Credor integrante da respectiva classe de credores passará a fazer jus a um percentual do valor total que seria originalmente pago ou distribuído, conforme o caso, entre os Credores Concurais da mesma classe de credores, os quais terão seus percentuais de pagamento ou distribuição, conforme o caso, ajustados para comportar o pagamento ou distribuição, conforme o caso, proporcional do novo Crédito Concursal.

## 8. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS

8.1. O pagamento dos Créditos Concurrais será realizado a partir da Data de Homologação, com base na Lista de Credores, a ser ajustada conforme houver julgamento de impugnações ou habilitações de crédito pelo Juízo da Recuperação, e será realizado na forma das Cláusulas abaixo.

### 8.2. Credores Trabalhistas – Classe I

8.2.1. O pagamento dos Créditos Trabalhistas observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.2.1.1. Pagamento inicial 1. As Recuperandas pagarão em até 30 (trinta) dias da Data de Homologação os Créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à Data do Pedido, limitado ao valor de 5 (cinco) salários-mínimos, conforme previsto no artigo 54, parágrafo único, da LFRJ.

8.2.1.2. Pagamento inicial 2. As Recuperandas pagarão, em parcela única a ser paga em até 60 (sessenta) dias da Data de Homologação, o valor adicional de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada Credor Trabalhista, limitado ao valor do respectivo Crédito Trabalhista após o pagamento descrito na Cláusula 8.2.1.1. acima.

8.2.1.3. Saldo remanescente. O pagamento do saldo remanescente dos Créditos Trabalhistas, após deduzidos os pagamentos já realizados na forma das Cláusulas 8.2.1.1 e 8.2.1.2 acima, será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:

8.2.1.3.1. Opção A. pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 12 (doze) meses da Data de Homologação, reajustado por taxa equivalente a 0,5% (meio por cento) ao ano acrescida da variação da TR desde a Data de Homologação.

8.2.1.3.2. Opção B. pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 18 (dezoito) meses após um período de carência de 6 (seis) meses da Data de Homologação, reajustado pelo equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da variação do CDI desde a Data de Homologação.

8.2.1.3.3. Forma de escolha da opção. O exercício da opção de pagamento se dará mediante o preenchimento e envio ao Grupo Renova do formulário contido no **ANEXO 1** do Plano, que deverá ser preenchido, assinado e enviado em via digitalizada exclusivamente por e-mail ao Grupo Renova acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário, respeitadas as regras de comunicação previstas na Cláusula 13.12 do Plano.

### 8.3. Credores com Garantia Real – Classe II

8.3.1. O pagamento dos Créditos com Garantia Real observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.3.1.1. Juros e Correção Monetária:

8.3.1.1.1. Taxa: O valor dos Créditos com Garantia Real será reajustado pelo equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI a partir do pedido de recuperação judicial.

8.3.1.1.2. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data da Homologação, as Recuperandas farão o pagamento semestral do valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser distribuído de forma *pro rata* entre os Credores com Garantia Real na proporção dos seus respectivos Créditos, iniciando-se a partir de 6 (seis) meses após a Data da Homologação.

8.3.1.1.3. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data da Homologação, eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados anualmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

8.3.1.2. Principal:

8.3.1.2.1. Carência de Principal: 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação.

8.3.1.2.2. Amortização: o principal será pago em 16 (dezesesseis) parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,5%	2,5%
Ano 4	2,5%	2,5%
Ano 5	2,5%	2,5%
Ano 6	2,5%	2,5%
Ano 7	2,5%	2,5%

Ano 8	2,5%	2,5%
Ano 9	2,5%	5%
Ano 10	5%	57,5%

8.3.1.2.3. Evento de liquidez em caso de venda da UPI ASIII Fase A. A menos que sejam coletivamente renegociadas as condições de pagamento dos Credores com Garantia Real com o adquirente da UPI ASIII Fase A, nos termos da Cláusula 8.3.1.2.4., os recursos recebidos pelas Sociedades Consolidadas por meio da venda da UPI ASIII Fase A deverão, no ato do seu recebimento, ser utilizados para a liquidação integral dos Credores com Garantia Real (que são comuns às Sociedades Consolidadas e às sociedades que compõem o ASIII Fase A).

8.3.1.2.3.1. A amortização prevista acima será feita, em relação aos Credores com Garantia Real, por meio da amortização antecipada das parcelas semestrais previstas no fluxo de pagamentos, das últimas para as primeiras.

8.3.1.2.3.2. Na medida em que a Renova Energia figura como fiadora sem benefício de ordem dos Créditos com Garantia Real, que têm como devedora principal a Diamantina Eólica Participações S.A. (sociedade integrante do ASIII Fase A), a Renova Energia realizará o pagamento diretamente aos Credores com Garantia Real e aos Credores Quirografários das sociedades que compõem o ASIII Fase A, e se subrogará nos respectivos créditos perante a Diamantina Eólica Participações S.A.

8.3.1.2.3.3. Nessa hipótese, os respectivos Credores concederão a mais ampla, geral e irrestrita quitação tanto às Sociedades Consolidadas quanto às sociedades que compõem o ASIII Fase A.

8.3.1.2.4. Possibilidade de renegociação coletiva das condições de pagamento dos Créditos com Garantia Real com o adquirente da UPI ASIII Fase A. Em momento anterior à alienação da UPI ASIII Fase A, e com o intuito de viabilizar a alienação e tornar suas condições mais atrativas para eventuais investidores, os Credores com Garantia Real das Sociedades Consolidadas, os quais são, também, Credores com Garantia Real das sociedades que compõem o ASIII Fase A, poderão negociar diretamente com o pretense adquirente da UPI ASIII Fase A condições diversas de pagamento dos seus Créditos com Garantia Real, na forma que melhor se adeque às expectativas de recebimento dos Credores com Garantia Real e às expectativas de pagamento do adquirente da UPI ASIII Fase A.

8.3.1.2.4.1. Na hipótese de realização da renegociação coletiva dos Créditos com Garantia Real, contanto que aprovada nos termos da Cláusula 8.3.1.2.4. abaixo, o adquirente da UPI ASIII Fase A assumirá os Créditos ASIII Fase A, de modo que o fluxo de pagamentos que seria recebido pelas Recuperandas será vertido para a amortização dos Créditos com Garantia Real, com base nas condições renegociadas. Os Créditos Quirografários devidos pelas sociedades que compõem o ASIII Fase A serão pagos na forma prevista no Plano ASIII Fase A, ao passo que os Créditos Extraconcursais devidos pelas sociedades que compõem o ASIII Fase A serão pagos na forma que vier a ser renegociada entre o adquirente da UPI ASIII Fase A e os respectivos Credores Extraconcursais.

8.3.1.2.4.2. A renegociação coletiva dos Créditos com Garantia Real acima referida, contanto que aprovada nos termos da Cláusula 8.3.1.2.4.3. abaixo, poderá levar em conta valor de alienação da UPI ASIII Fase A menor do que o valor mínimo previsto no plano de recuperação judicial das Sociedades Consolidadas ou no respectivo edital de alienação.

8.3.1.2.4.3. A renegociação coletiva dos Créditos com Garantia Real acima referida, ainda que aprovada nos termos da Cláusula 8.3.1.2.4. abaixo, apenas poderá ser levada a efeito se os Credores que detenham garantias pessoais, reais ou fiduciárias relacionadas ao ASIII Fase A, incluindo mas não se limitando a penhores, hipotecas, alienações ou cessões fiduciárias, fianças com ou sem benefício de ordem, avais, coobrigações solidárias ou não, dentre outras, formalizarem a liberação das Recuperandas em relação a estas garantias, nada mais podendo reclamar em relação ao Grupo Renova, seja a que título for.

8.3.1.2.4.4. A renegociação coletiva acima referida apenas se tornará eficaz caso seja aprovada em Reunião de Credores com Garantia Real, devendo, para tanto, ser atingidos os requisitos de aprovação previstos no art. 45 da LFRJ, de modo que qualquer proposta deverá ser aprovada por Credores com Garantia Real que representem mais da metade do valor total dos Créditos com Garantia Real presentes à Reunião de Credores com Garantia Real, e, cumulativamente, pela maioria simples dos presentes. Para fins de votação em Reunião de Credores com Garantia Real, será considerado o valor constante na Lista de Credores, com as alterações porventura necessárias por força de decisões do Juízo da Recuperação Judicial.

8.3.1.2.4.4.1. Convocação. A convocação da Reunião de Credores com Garantia Real se dará por *e-mail* contendo descrição detalhada da ordem do dia, que poderá ser enviado por qualquer Credor com Garantia Real ou pelo Grupo Renova,



devendo incluir todos os Credores com Garantia Real e o Grupo Renova, conforme o caso, e deverá ocorrer em até 7 (sete) dias antes da primeira convocação da Reunião de Credores com Garantia Real. O responsável pelo envio do *e-mail* de convocação deverá informar o Juízo da Recuperação Judicial mediante petição protocolada nos autos em até 48 (quarenta e oito) horas após o envio. Caso a Reunião de Credores com Garantia Real seja instalada com todos os Credores com Garantia Real e o Grupo Renova presentes, fica dispensada a comprovação de convocação nos termos desta cláusula.

8.3.1.2.4.4.2. Local e quórum de instalação. A Reunião de Credores com Garantia Real ocorrerá pela forma que melhor atender à conveniência dos Credores com Garantia Real e do Grupo Renova, e instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de representante do Grupo Renova e de credores titulares de mais da metade dos Créditos com Garantia Real, computados pelo valor, e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer quórum.

8.3.1.2.4.4.3. A deliberação tomada pela Reunião de Credores no sentido de aprovar a proposta de renegociação deverá ser formalizada em ata, assinada por todos os presentes, e levada à homologação do Juízo da Recuperação.

8.3.1.2.5. Homologação da proposta aprovada. Caso o Juízo da Recuperação homologue a proposta de renegociação aprovada pelos Credores com Garantia Real envolvendo a renegociação do pagamento dos Créditos com Garantia Real e a alienação da UPI ASIII Fase A, a ata da Reunião de Credores passará a ser parte integrante do Plano, e o Grupo Renova realizará todos os procedimentos necessários para concretizar a alienação.

8.3.2. Preferência de pagamento pelos devedores principais. Com exceção do pagamento dos Créditos com Garantia Real na forma prevista pelas Cláusulas 8.3.1.2.3 e 8.3.1.2.4, tratando-se de Créditos com Garantia Real de ASIII Fase A derivados de operações nas quais nenhuma das Recuperandas figure como devedora principal (por exemplo, em razão de aval ou fiança), o respectivo Credor com Garantia Real apenas fará jus a receber qualquer pagamento por parte das Recuperandas nos termos deste Plano na hipótese de restarem inadimplidas as obrigações por parte do devedor principal.

#### 8.4. Credores Quirografários – Classe III

8.4.1. O pagamento dos Créditos Quirografários que não sejam detidos por Partes Relacionadas observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.4.1.1. Pagamentos iniciais. O montante de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) será pago a cada Credor Quirografário, limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário, sendo R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 90 (noventa) dias a contar da Data de Homologação e mais R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Homologação, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.4.1.2. Saldo remanescente. O saldo remanescente, após deduzidos os pagamentos já realizados na forma da Cláusula 8.4.1.1 acima, será pago nos seguintes termos:

8.4.1.2.1. Juros e Correção Monetária:

8.4.1.2.1.1. Taxa: O valor dos Créditos Quirografários será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) acrescido da variação da TR, a partir do pedido de recuperação judicial.

8.4.1.2.1.2. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data da Homologação, as Recuperandas farão o pagamento semestral do valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser distribuído de forma *pro rata* entre os Credores Quirografários na proporção dos seus respectivos Créditos, iniciando-se a partir de 6 (seis) meses após a Data da Homologação.

8.4.1.2.1.3. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data da Homologação, eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados anualmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

8.4.1.2.2. Principal:

8.4.1.2.2.1. Carência de Principal: 24 (vinte e quatro) meses a contar da Data de Homologação.

8.4.1.2.2.2. Amortização: o principal será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
--	----------------------------	----------------------------

Ano 3	2,50%	2,50%
Ano 4	2,50%	2,50%
Ano 5	2,50%	2,50%
Ano 6	2,50%	2,50%
Ano 7	2,50%	2,50%
Ano 8	2,50%	2,50%
Ano 9	2,50%	5,00%
Ano 10	5,00%	5,00%
Ano 11	5,00%	5,00%
Ano 12	5,00%	5,00%
Ano 13	5,00%	5,00%
Ano 14	10,00%	12,50%

#### 8.5. Credores Micro e Pequenas Empresas – Classe IV

8.5.1. O pagamento dos Créditos de Micro e Pequenas Empresas observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.5.1.1. Pagamento inicial. O montante de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) será pago a cada Credor Micro e Pequenas Empresa, limitado ao valor do respectivo Crédito de Micro e Pequena Empresa, em parcela única, em até 90 (noventa) dias a contar da Data de Homologação.

8.5.1.2. Saldo remanescente. O saldo remanescente, após deduzido o pagamento já realizados na forma da Cláusula 8.5.1.1, será pago em até 18 (dezoito) meses contados da Data de Homologação, reajustado pelo equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI desde a Data de Homologação.

#### 8.6. Credores Essenciais Fundiários:

8.6.1. O pagamento dos Credores Essenciais Fundiários observará o disposto nas Cláusulas abaixo:

8.6.1.1. Pagamentos iniciais. O montante de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) será pago a cada Credor Essencial Fundiário, limitado ao valor do respectivo Crédito Essencial Fundiário, sendo R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 90 (noventa) dias a contar da Data de Homologação e mais R\$ 1.000,00 (mil reais) em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Homologação, sem a incidência de correção monetária e juros.

8.6.1.2. Saldo remanescente. O saldo remanescente, após deduzidos os pagamentos já realizados na forma da Cláusula 8.6.1.1 acima, será pago nos seguintes termos:

8.6.1.2.1. Juros e Correção Monetária:

8.6.1.2.1.1. Carência de Juros: 3 (três) meses a contar da Data de Homologação, com juros capitalizados anualmente ao principal durante o período.

8.6.1.2.1.2. Taxa: 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano), acrescida da variação da TR.

8.6.1.2.1.3. Pagamentos de Juros: Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros.

8.6.1.2.2. Principal:

8.6.1.2.2.1. Carência de Principal: 3 (três) meses a contar da Data de Homologação.

8.6.1.2.2.2. Amortização: o principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

**8.7. Credores Seguradoras Parceiras**

8.7.1. Os Credores Seguradoras Parceiras receberão o pagamento integrado dos seus Créditos Concurais, conforme indicado na Lista de Credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da Recuperação Judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

**8.8. Credores Partes Relacionadas**

8.9.1. Partes relacionadas. serão pagos conforme as condições descritas nas Cláusulas abaixo:

8.9.1.1. Durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Homologação, os Credores Partes Relacionadas poderão converter, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, e independentemente de qual Recuperanda seja sua devedora original, parte ou a integralidade de seus Créditos Concurais ou Créditos Extraconcurais em capital social da Renova Energia.

8.9.1.1.1. O preço de emissão das ações que resultarem da conversão dos Créditos em capital social será equivalente ao preço médio de fechamento das ações da Renova Energia na B3 apurado nos 30 (trinta) dias anteriores à Data do Pedido.

8.9.1.1.2. Até que ocorra a conversão dos Créditos em capital social, os Créditos detidos por Credores Partes Relacionadas serão corrigidos pela incidência de juros e correção monetária em taxa equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI, a partir da Data de Homologação.

8.9.1.2. Decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Homologação, não haverá mais possibilidade de conversões em capital da Renova Energia e eventuais saldos de Créditos Concurais detidos por Credores Partes Relacionadas serão pagos por meio da emissão de debêntures, emitidas pela Renova Energia e não conversíveis, a qualquer tempo, em capital social (“Debêntures Partes Relacionadas”).

8.9.1.2.1. As Debêntures Partes Relacionadas terão vencimento em 60 dias contados da data de quitação integral dos Credores Concurais e Extraconcurais e, em nenhuma hipótese, serão total ou parcialmente amortizadas antes da quitação integral dos demais Credores Concurais.

8.9.1.2.2. As Debêntures Partes Relacionadas serão remuneradas pela incidência de juros e correção monetária em taxa equivalente a 100% (cem por cento) da variação do CDI, desde a Data de Homologação.

8.9.1.2.3. As Debêntures Partes Relacionadas preverão, como preço de emissão das ações decorrentes da conversão, valor equivalente ao preço médio de fechamento das ações da Renova Energia na B3 verificado nos 30 (trinta) dias anteriores à Data do Pedido

8.9.1.3. CEMIG. A Credora Parte Relacionada CEMIG, em razão das garantias fiduciárias que detém, terá direito à amortização parcial antecipada de suas Debêntures Partes Relacionadas, fazendo jus ao recebimento de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos recursos obtidos com a alienação das UPIs Projetos em Desenvolvimento ou na hipótese de fazer jus ao recebimento de recursos decorrentes do sobejo da alienação da UPI ASIII Fase A, caso esta venha a ser detentora de garantia fiduciária decorrentes do sobejo da alienação da UPI ASIII Fase A em substituição a sua garantia fiduciária relacionada à parcela dos dividendos da Chipley.

8.9.1.3.1. A Credora Parte Relacionada CEMIG poderá optar por não receber debêntures e, nesse caso, se realizará aditamento aos seus atuais instrumentos de dívidas.

## 9. EMPRÉSTIMOS DIP

11.1. A fim de reforçar o seu caixa e financiar as suas operações, as Recuperandas poderão contratar os seguintes Empréstimos DIP:

11.1.1. Um ou mais Empréstimos DIP no valor de até R\$ 50 Milhões, sem destinação específica dos recursos;

11.1.2. Um ou mais Empréstimos DIP com finalidade específica, os quais deverão apresentar as seguintes características:

11.1.2.1. Valor: valor mínimo de R\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) e valor máximo de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

11.1.2.2. Destinação de recursos: CAPEX para finalização do ASIII Fase A, conforme restar previsto em seu plano de recuperação judicial, despesas operacionais do Grupo Renova e OPEX.

11.1.2.3. Juros e Correção Monetária:

11.1.2.3.1. Carência de Juros: 12 (doze) meses a contar da Data de desembolso do crédito, sendo que ao final de tal período os juros serão capitalizados anualmente junto ao principal.

11.1.2.3.2. Juros e Correção Monetária: a serem negociados pelas Recuperandas dentro de parâmetros de mercado para operações similares com empresas em recuperação judicial.

11.1.2.3.3. Pagamentos de Juros: a serem negociados pelas Recuperandas dentro de parâmetros de mercado para operações similares com empresas em recuperação judicial.

11.1.3. Principal:

11.1.3.1. Carência de Principal: 12 (doze) meses a contar da Data de desembolso dos recursos pelo credor .

11.1.3.2. Amortização: o principal será pago em condições negociadas com o Credor do Empréstimo DIP.

11.1.3.3. Amortização Antecipada:

11.1.3.3.1. Venda da UPI Brasil PCH: conforme Cláusula 10.1.2, os recursos provenientes da alienação da UPI Brasil PCH serão utilizados para a quitação do saldo devedor do Empréstimo Ponte DIP, estando este subordinado aos valores listados na Cláusula 10.1.1 e *pari passu* e concomitante com os valores e obrigações listados na Cláusula 10.1.2.

11.1.3.4. Forma de remessa dos recursos ao ASIII Fase A. Na hipótese de realização do Empréstimo DIP aqui referido em benefício de quaisquer das Recuperandas que não a Renova Energia S.A., os recursos recebidos por tais Recuperandas deverão ser repassados à Renova Energia S.A. através da emissão de debêntures, devendo a Renova Energia S.A., na medida da sua necessidade, utilizar tais recursos para a integralização de novas ações em aumento do capital social da Alto Sertão Participações S.A.. Os recursos, então, serão vertidos pela Alto Sertão Participações S.A. para as demais sociedades que compõem o ASIII Fase A, conforme necessidade.

11.1.3.4.1. Os Credores com Garantia Real garantidos com penhor sobre as ações de uma ou mais sociedades do ASIII Fase A passarão, automaticamente, a deter penhor sobre quaisquer novas ações da Alto Sertão Participações S.A. que venham a ser emitidas em favor da Renova S.A. em decorrência do aumento de capital supra referido. O penhor a que se refere esta Cláusula garantirá, exclusivamente, os Créditos com Garantia Real já detidos pelo respectivo Credor com Garantia Real.

11.1.3.4.2. A remessa de recursos ao ASIII Fase A prevista nesta Cláusula apenas ocorrerá após a homologação judicial deste Plano.

11.2. Eventuais Empréstimos DIP que tenham sido contratados anteriormente à Homologação Judicial do Plano serão considerados automaticamente ratificados pelos Credores Concursais com a Homologação Judicial do Plano, contanto que atendam aos requisitos da Cláusula 11.1.

## 10. LEILÃO REVERSO

13.1 As Recuperandas poderão realizar, para os Credores Concursais, excluídos os Créditos Partes Relacionadas, um mecanismo de leilão reverso, no qual tais Credores Concursais poderão optar pelo recebimento antecipado de seus Créditos Concursais, mediante aplicação de deságio mínimo de 40% (quarenta por cento), a ser definido em conformidade com o mecanismo do Leilão Reverso, na forma desta Cláusula.

13.2 Forma de Participação dos Credores Concursais e abertura dos envelopes (1ª rodada): O Credor Concursal que escolher participar desta opção de pagamento deverá apresentar um envelope lacrado contendo sua proposta de deságio, observado o deságio mínimo de 40% (quarenta por cento), na forma do **ANEXO 2**, considerando uma ou mais de suas operações de crédito isoladamente, em reunião a ser realizada em São Paulo, sendo certo que a data efetiva será oportunamente informada aos Credores abrangidos mediante Comunicado ao Mercado. Os

documentos comprobatórios da identificação, qualificação e poderes conferidos ao subscritor da proposta deverão ser entregues em separado, de modo a permitir sua análise e conferência previamente à abertura dos envelopes. Em seguida, os envelopes serão abertos na própria reunião, na presença de todos os Credores abrangidos participantes, momento em que as condições de deságio propostas serão conhecidas por todos. Será lavrada uma ata da reunião, contendo as propostas apresentadas como anexos, para assinatura pelos presentes.

13.3 Forma de Pagamento da 1ª rodada do Leilão: Terão prioridade no recebimento os Créditos abrangidos ofertados com o maior deságio nos limites do edital. Para esta finalidade, os Créditos abrangidos serão listados em ordem decrescente, considerando o percentual do deságio ofertado relativamente à respectiva operação. O valor a ser efetivamente pago ao Crédito abrangido listado em 1º lugar será calculado considerando o deságio ofertado e o valor de seu crédito, atualizado pelas respectivas taxas de juros e correção monetária até a Data do Pedido de Recuperação Judicial (mas sem considerar quaisquer encargos moratórios).

## **11. CONVERSÃO DE DÍVIDAS EM CAPITAL E AUMENTO DE CAPITAL PARA NOVOS RECURSOS**

11.1. Conversão de Créditos em Capital. Todos os Credores Concursais e Credores Extraconcursais, inclusive credores das Sociedades Consolidadas, conforme restar previsto no plano de recuperação judicial das Sociedades Consolidadas, poderão converter, a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus Créditos, que tenham fato gerador anterior à Data do Pedido, em capital social da Renova Energia, nas seguintes condições:

13.1.1. A opção pela conversão dos Créditos em capital social da Renova S.A. poderá ser exercida a qualquer tempo durante 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Homologação.

13.1.2. A conversão em ações deverá respeitar os direitos de preferência dos atuais acionistas, as demais condições previstas no estatuto da Renova Energia, e a legislação em vigor.

13.1.3. O preço de conversão para a capitalização de Créditos será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Renova Energia na B3 (VWAP) verificado nos 30 (trinta) pregões anteriores à Data do Pedido.

13.1.4. Não serão permitidas solicitações de conversão de Créditos após o 24º (vigésimo quatro) mês (exclusive) contados da Data de Homologação.

11.2. Novos Recursos. Diante das necessidades de novos recursos para retomada de investimentos em CAPEX e implementação dos planos de negócios, as Recuperandas poderão realizar aumentos de capital por meio da emissão privada de ações ordinárias de emissão da Renova Energia S.A., no limite de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

13.1.5. A opção pela conversão dos Créditos em capital social da Renova S.A. poderá ser exercida a qualquer tempo durante 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Homologação.



13.1.6. O preço de conversão para a capitalização de Créditos será equivalente ao preço médio ponderado por volume das ações da Renova Energia na B3 (VWAP) verificado nos 30 (trinta) pregões anteriores à Data do Pedido

## 12. EFEITOS DO PLANO

12.1. Vinculação do Plano. As disposições do Plano vinculam as Recuperandas e seus Credores Concursais e Credores Extraconcursais Aderentes, e os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da Data de Homologação.

12.2. Eficácia condicionada à homologação judicial do Plano das Sociedades CONSOLIDADAS. Em razão da intrínseca interligação entre ambos os planos de recuperação judicial, bem como da impossibilidade de soerguimento das atividades das sociedades que compõem o ASIII Fase A nas premissas atuais sem que o mesmo ocorra com as Sociedades Consolidadas, este Plano, ainda que tenha sido objeto de Homologação Judicial, apenas produzirá efeitos caso o plano de recuperação judicial das Sociedades Consolidadas também seja objeto de Homologação Judicial. Na hipótese de o plano de recuperação judicial das Sociedades Consolidadas não vir a ser homologado judicialmente, as sociedades que compõem o ASIII Fase A deverão requerer a convocação de nova Assembleia de Credores para deliberar novas condições para o Plano.

12.3. Extinção de processos judiciais ou arbitrais. Exceto se previsto de forma diversa no Plano, os Credores Concursais não mais poderão, a partir da Data de Homologação, (i) ajuizar ou prosseguir qualquer ação judicial ou processo de qualquer tipo relacionado a qualquer Crédito Concursal contra as Recuperandas; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral contra as Recuperandas, relacionada a qualquer Crédito Concursal; (iii) penhorar quaisquer bens das Recuperandas, para satisfazer seus Créditos Concursais; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos das Recuperandas, para assegurar o pagamento de seus Créditos Concursais, com exceção do quanto previsto no Plano; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido às Recuperandas, com seus Créditos Concursais; e (vi) buscar a satisfação de seus Créditos Concursais por quaisquer outros meios. Todas as execuções judiciais em curso contra as Recuperandas, relativas aos Créditos Concursais serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas, sendo que cada parte arcará com as respectivas custas e despesas processuais que tiver incorrido, e com os honorários advocatícios dos seus respectivos advogados.

12.4. Cancelamento de protestos. A Homologação Judicial do Plano acarretará o cancelamento de todo e qualquer protesto junto a Cartórios de Títulos e Documentos que tenha origem em Crédito Concursal, bem como na exclusão definitiva do nome das Recuperandas nos registros de quaisquer órgãos de proteção ao crédito quando o apontamento se originar de Crédito Concursal.

12.5. Garantias, Coobrigados e Garantidores. Com a Homologação Judicial do Plano, as garantias reais e fiduciárias serão mantidas nos termos originalmente contratados. Serão suspensas, apenas com autorização expressa e por escrito do respectivo Credor, (i) a exigibilidade dos créditos contra coobrigados, garantidores, avalistas e fiadores; (ii) as eventuais demandas em

curso; e (iii) o prazo prescricional relativo às demandas (não ajuizadas ou em curso), até a retomada da exigibilidade ou extinção.

15.5.1. Após a realização do pagamento dos Créditos Concursais nos termos previstos no Plano, ficarão automaticamente resolvidas as garantias, fianças, avais e obrigações solidárias anteriormente constituídas. Da mesma forma, todas as demandas eventualmente ajuizadas que versarem sobre obrigações quitadas nos termos desse Plano serão automaticamente extintas, sem ônus para as partes.

12.6. Respeito a contratos vigentes entre Recuperandas. A Homologação Judicial do Plano não prejudicará as condições previstas em contratos firmados entre as Sociedades Consolidadas ou as sociedades que compõem o ASIII Fase A que digam respeito à gestão de caixa e ao rateio de despesas, os quais continuarão a ser respeitados.

12.7. Livre movimentação de caixa. Enquanto as Sociedades Consolidadas e as sociedades que compõem o ASIII Fase A se mantiverem adimplentes em relação a seus respectivos Planos, as Sociedades Consolidadas e as sociedades que compõem o ASIII Fase A podem movimentar recursos livremente entre quaisquer das sociedades Recuperandas, respeitadas as disposições de eventuais contratos firmados entre as Recuperandas.

### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Créditos Ilíquidos, controversos e retardatários. Todos os Créditos Concursais que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente ao pedido da Recuperação Judicial, ainda que não vencidos ou não habilitados na Lista de Credores, ou que sejam objeto de disputa judicial, incluindo a majoração de valores decorrentes do trânsito em julgado de decisões proferidas nos incidentes de Impugnações ou Habilitações de Crédito ou procedimento judicial ou arbitral em andamento, também são novados por este Plano, estando integralmente sujeitos aos efeitos deste Plano e da Recuperação Judicial, nos termos do artigo 49, *caput*, da LFRJ. Os deságios, prazos, termos e condições previstos no presente Plano não serão reduzidos ou readaptados e serão integralmente aplicáveis a tais Créditos, iniciando-se sua contagem apenas após a devida inclusão de tais Créditos na Lista de Credores.

13.2. Anuência dos Credores. Os Credores Concursais e os Credores Extraconcursais Aderentes têm plena ciência de que os prazos, termos e condições de satisfação de seus Créditos são alterados por este Plano. Os Credores Concursais e os Credores Extraconcursais aderentes, no exercício de sua autonomia da vontade, declaram que concordam expressamente com as referidas alterações, nos termos previstos neste Plano.

13.3. Dividendos. Enquanto não forem quitados Créditos com Garantia Real equivalentes, em conjunto, a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor total de Créditos com Garantia Real devidos pelas Recuperandas, nenhum dividendo poderá ser distribuído por qualquer das Recuperandas a seus acionistas (Art. 52, parágrafo terceiro do Estatuto Social da Renova Energia e observado o disposto no art. 202, §§ 4º e 5º da Lei das S.A.), ficando permitida apenas a

distribuição de dividendos entre Recuperandas e (ii) as distribuições de dividendos determinadas no Instrumento AF Enerbrás.

13.4. Quitação. O integral pagamento realizado na forma estabelecida neste Plano acarretará a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os Créditos Concursais de qualquer tipo e natureza contra as Recuperandas, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os Credores terão quitado, liberado e/ou renunciado a todos e quaisquer Créditos Concursais, e não mais poderão reclamá-los, contra as Recuperandas. A quitação dos Créditos Extraconcursais Aderentes se dará na forma explicitada nos respectivos instrumentos de adesão.

13.5. Pagamento Máximo. Os Credores Concursais não receberão das Recuperandas, em hipótese alguma, quaisquer valores que ultrapassem o valor estabelecido neste Plano para pagamento de seus Créditos Concursais.

13.6. Créditos devidos ao Administrador Judicial. Os créditos devidos ao Administrador Judicial, seu perito e os devidos aos assessores jurídicos e financeiros das Recuperandas são, conforme definido pela LFRJ, extraconcursais e não sujeitos à Recuperação Judicial.

13.7. Empréstimos entre ASIII e Sociedades Consolidadas. Na hipótese de o Grupo Renova entender aplicável e, desde que tal medida não comprometa o cumprimento das obrigações assumidas pelo ASIII Fase A neste Plano, as sociedades que compõem o ASIII Fase A poderão conceder empréstimos às Sociedades Consolidadas e/ou fazer a movimentação de recursos, entre as sociedades que compõem o ASIII Fase A e as Sociedades Consolidadas, que sejam necessárias para a condução das atividades do ASIII, dispensada a necessidade de aprovação prévia específica em Assembleia Geral de Credores.

16.7.1 A concessão de empréstimos e/ou movimentação de recursos às Sociedades Consolidadas prevista na Cláusula 13.7 acima apenas ocorrerá após a homologação judicial deste Plano e do plano de recuperação judicial das Sociedades Consolidadas.

13.8. Disposições do Plano. Na hipótese de qualquer termo, cláusula ou disposição deste **Plano** ser considerado inválido, nulo ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, todos os demais termos, cláusulas e disposições permanecerão válidos, eficazes e exigíveis, desde que não alterem a estrutura de pagamento dos Créditos prevista neste Plano nem inviabilizem a capacidade de recuperação do Grupo Renova.

13.9. Aditamentos, alterações ou modificações do Plano. Aditamentos, alterações ou modificações ao Plano podem ser propostos a qualquer tempo após a Data de Homologação, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam aceitas pelas Recuperandas e aprovadas pela Assembleia de Credores, nos termos da LFRJ.

13.10. Equivalência econômica no cumprimento do Plano. Na hipótese de qualquer das operações previstas no Plano que não envolva pagamento em dinheiro aos Credores Concursais não ser possível de ser implementada pelas Recuperandas para qualquer Credor Concursal, seja pelo transcurso dos prazos previstos para a implementação de tais operações ou por razões

regulamentares, as Recuperandas adotarão, em prazo que não exceda mais de 15 (quinze) dias úteis do prazo de cumprimento da obrigação original prevista no Plano, as medidas necessárias com o objetivo de assegurar um resultado econômico equivalente para os Credores Concurais, ocasião em que não se considerará o Plano como descumprido, desde que haja concordância dos Credores afetados com a solução proposta.

13.11. Anexos. Todos os Anexos a este Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano.

13.12. Comunicações. Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações às Recuperandas requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por *courier*, e efetivamente entregues. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma:

RENOVA ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

At.: Diretor Presidente

Endereço: Av. Roque Petroni Júnior, 850 - 14º andar, parte 1, Torre Jaceru

Jardim das Acacias

São Paulo - SP, 04707-000

E-mail: [rj@renovaenergia.com.br](mailto:rj@renovaenergia.com.br)

#### 14. CESSÕES E SUB-ROGAÇÕES

14.1. Cessão de Créditos. Os Credores poderão ceder seus Créditos a outros Credores e a terceiros, e a cessão produzirá efeitos à Recuperandas, desde que devidamente notificadas.

14.2. Sub-Rogações. Créditos Concurais relativos ao direito de regresso contra as Recuperandas, e que sejam decorrentes do pagamento, a qualquer tempo, por terceiros, de créditos e/ou obrigações de qualquer natureza existentes, na Data do Pedido de Recuperação Judicial, contra as Recuperandas, serão pagos nos termos estabelecidos neste Plano para os referidos Credores.

#### 15. LEI E FORO

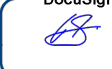
15.1. Lei Aplicável. Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

15.2. Eleição de Foro. Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano e aos Créditos Concurais serão resolvidas (i) pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial; e (ii) pelo Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, após o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

15.3. O Plano é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos das Recuperandas.

São Paulo, 03 de novembro de 2020.

DocuSigned by:  
  
9C8C84BF64D241D...  
Marcelo José Milliet

DocuSigned by:  
  
EE35339DC2C8476...  
Gustavo Henrique Simoes dos Santos

**ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial**

**EÓLICA PARTICIPAÇÕES S.A. em recuperação judicial**

**CE VAQUETA S.A. em recuperação judicial**

**CE ABIL S.A. em recuperação judicial**

**CE ACÁCIA S.A. em recuperação judicial**

**CE ANGICO S.A. em recuperação judicial**

**CE FOLHA DA SERRA S.A. em recuperação judicial**

**CE JABUTICABA S.A. em recuperação judicial**

**CE JACARANDÁ DO SERRADO S.A. em recuperação judicial**

**CE TABOQUINHA S.A. em recuperação judicial**

**CE TABUA S.A. em recuperação judicial**

**CE SÃO SALVADOR S.A. em recuperação judicial**

**CE PAU D'ÁGUA S.A. em recuperação judicial**

**CE MANINEIRO S.A. em recuperação judicial**

**CE UMBUZEIRO S.A. em recuperação judicial**

**CE CEDRO S.A. em recuperação judicial**

**CE VELLOZIA S.A. em recuperação judicial**

**CE ANGELIM S.A. em recuperação judicial**

**CE FACHEIO S.A. em recuperação judicial**

**CE SABIU S.A. em recuperação judicial**

**CE BARBATIMÃO S.A. em recuperação judicial**


**CE JUAZEIRO S.A. em recuperação judicial**

**CE JATAÍ S.A. em recuperação judicial**

**CE IMBURANA MACHO S.A. em recuperação judicial**

**CE AMESCLA S.A. em recuperação judicial**

**CE UNHA D'ANTA S.A. em recuperação judicial**

DS  


DS  


**ANEXO 1****Formulário de opção – Credores Trabalhistas**

Ao

Grupo Renova

Ref.: Comunicação de opção de pagamento – Credor Trabalhista.

Prezados Srs.,

\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ sob o  
nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em

\_\_\_\_\_,  
representado neste ato na forma de seus documentos constitutivos (“Credor”), na qualidade de Credor Trabalhista em relação ao processo de recuperação judicial de Renova Energia S.A. e outras (“Grupo Renova”), devidamente listado na lista de credores, vem, por meio do presente, em atendimento ao quanto exposto nas Cláusulas 8.2.1. e seguintes do Plano de Recuperação Judicial das sociedades que compõem o ASIII Fase A (“Plano”), declarar, para todos os fins e efeitos de direito nos termos definidos no Plano e no Aditamento ao Plano, que opta pela opção de pagamento assinalada com um “X” abaixo:

[ ☐ ] OPÇÃO A – Cláusula 8.2.1.3.1. – pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 12 (doze) meses da Data de Homologação, reajustado pela variação do IPCA desde a Data de Homologação.

[ ☐ ] OPÇÃO B – Cláusula 8.2.1.3.2. – pagamento de 100% (cem por cento) do valor do saldo remanescente em até 18 (dezoito) meses após um período de carência de 6 (seis) meses da Data de Homologação, reajustado pelo equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da variação do CDI desde a Data de Homologação.

O Credor declara expressamente ter lido e compreendido todas as disposições do Plano, reconhecendo que são aplicáveis à forma de pagamento a ele cabível todas as disposições do Plano. A leitura deste Formulário não substitui a leitura do Plano em sua integralidade, nem deve ser este Formulário interpretado com um resumo do Plano.



O Credor declara-se ciente de que a opção feita neste ato é irrevogável, irretratável, final, definitiva e vinculante, indicando, a seguir, seus dados bancários para pagamento:

**Dados Bancários para pagamento**

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Número da Conta: \_\_\_\_\_

Titular: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

O Credor declara, por fim, que a realização de seus pagamentos na conta bancária acima indicada atende a todos os requisitos da legislação civil e tributária, inclusive para os fins do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sob os aspectos Financeiro, Fiscal e Contábil, comprometendo-se o Credor, ainda, a indicar nova conta bancária (ou atualizar os dados da conta bancária atual) caso haja alteração na legislação atual, de forma a manter o cumprimento de todos os requisitos legais e regulatórios.

**OBS.: Este formulário deve ser enviado exclusivamente por email ao Grupo Renova acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário.**

---

Por seu representante legal:

**ANEXO 2****Modelo de proposta de deságio – Leilão Reverso**

Ao

Grupo Renova

Ref.: Proposta de deságio – Leilão Reverso.

Prezados Srs.,

\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_,

representado neste ato na forma de seus documentos constitutivos (“Credor”), na qualidade de Credor da Classe \_\_\_\_\_ em relação ao processo de recuperação judicial de Renova Energia S.A. e outras (“Grupo Renova”), devidamente listado na lista de credores pelo valor de R\$ \_\_\_\_\_, vem, por meio do presente, em atendimento ao quanto exposto nas Cláusulas 13 e seguintes do Plano de Recuperação Judicial das sociedades que compõem o ASIII Fase A (“Plano”), no contexto do procedimento de Leilão Reverso, propor às Recuperandas a concessão de deságio no importe de \_\_\_\_\_% (\_\_\_\_\_ por cento) para o recebimento imediato do valor de seus Créditos Concursais, nos termos da Cláusula 10.3 do Plano.

O Credor declara expressamente ter lido e compreendido todas as disposições do Plano, reconhecendo que são a ele aplicáveis todas as disposições do Plano. O Credor reconhece que a leitura deste formulário padrão não substitui a leitura do Plano em sua integralidade, nem deve ser este formulário interpretado com um resumo do Plano.

O Credor declara-se ciente de que a proposta feita neste ato é irrevogável, irretratável, final, definitiva e vinculante, indicando, a seguir, seus dados bancários para pagamento, na hipótese de sagrar-se vencedor do Leilão Reverso:

**Dados Bancários para pagamento**

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Número da Conta: \_\_\_\_\_

Titular: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

O Credor declara, por fim, que a realização de seus pagamentos na conta bancária acima indicada atende a todos os requisitos da legislação civil e tributária, inclusive para os fins do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sob os aspectos Financeiro, Fiscal e Contábil, comprometendo-se o Credor, ainda, a indicar nova conta bancária (ou atualizar os dados da conta bancária atual) caso haja alteração na legislação atual, de forma a manter o cumprimento de todos os requisitos legais e regulatórios.

**OBS.: Este formulário deve ser apresentado em envelope lacrado na data e local designados para a realização do Leilão Reverso, acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da identidade e dos poderes do signatário.**